

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

CHAVE DE CORREÇÃO

1ª Questão (valor: 4,00 pontos).

Texto de referência: JEVEAUX, Geovany Cardoso. As relações entre o Direito Material e o Direito Processual. In: MAZZEI, Rodrigo (coord). *Questões Processuais do novo Código Civil*. Barueri: Manole, 2006, p. 1-22.

<i>Abordagem</i>	<i>Pontuação</i>
Prescrição e decadência são institutos de direito material que com efeitos processuais indiretos (extintivos do feito).	0,50
Definiu o direito material e o direito processual.	0,50
Caracterizou o direito material como o ponto de partida para o direito processual.	0,50
Prescrição aufere ao devedor um direito reverso, de resistir a futura pretensão deduzida. Isso em nada lesa o direito de ação e o próprio direito material.	0,50
Decadência é extinção de direito potestativo em si mesmo.	0,50
Não prejuízo ao exercício do direito de ação (autônomo), ou seja, não são fenômenos processuais que prejudicam o exercício de atos processuais.	0,50
A impossibilidade de praticar atos processuais decorre da: <ul style="list-style-type: none">• preempção: perda do direito de ação (art. 337, V, e art. 485, V, do novo CPC);• preclusão: perda da oportunidade de praticar ato processual (ex.: art. 278 do novo CPC).	1,00
TOTAL	4,00

2ª Questão (valor: 3,00 pontos).

Texto de referência: MAZZEI, Rodrigo; GONCALVES, Tiago Figueiredo. Primeiras linhas sobre a disciplina da ação rescisória no CPC/2015. In: *Revista Forense*, v. 421, p. 191-213, 2015.

<i>Abordagem</i>	<i>Pontuação</i>
Destacar que restringir a ação rescisória para impugnar apenas decisões de mérito ou admitir também sua utilização para atacar decisões sem resolução de mérito transitadas em julgado é questão de política legislativa.	0,50
Aludir à opção do CPC/73 por relacionar a ação rescisória às decisões de mérito.	0,50
Aludir à admissão pelo CPC/39 da ação rescisória contra decisões de mérito e decisões sem resolução de mérito.	0,50
Destacar a opção do CPC/15 por uma terceira via, admitindo a rescisória indistintamente contra decisões de mérito transitadas em julgado e contra algumas decisões sem resolução de mérito.	0,50
Apontar as decisões que reconhecem perempção e coisa julgada como hipóteses de decisão sem resolução de mérito impugnáveis por ação rescisória.	0,50
Apontar as decisões sem resolução de mérito que impedem a repositura da demanda se não houver a correção do vício como decisões terminativas impugnáveis por ação rescisória.	0,50
TOTAL	3,00

3ª Questão (valor: 3,00 pontos).

Texto de referência: MAZZEI, Rodrigo; CHAGAS, Barbara Seccato Ruis. Breve diálogo entre os negócios jurídicos processuais e a arbitragem. In: *Revista de Processo*, v. 237, p. 223-236, 2014.

<i>Abordagem</i>	<i>Pontuação</i>
Realizar uma abordagem conceitual da teoria dos negócios jurídicos processuais, relacionando os princípios constitucionais da efetividade e da cooperação com a flexibilização das normas procedimentais.	0,50
Analisar a regra do artigo 190 do CPC 2015, com ênfase nos elementos essenciais e nos limites da negociação processual.	0,50
Conceituar a arbitragem enquanto um meio <i>heteropositivo</i> de resolução de conflitos.	0,50
Descrever os efeitos, limites e elementos da convenção arbitral (cláusula e compromisso arbitral).	0,50
Analisar a autonomia das partes quanto a determinação da lei aplicável ao direito material e processual na arbitragem.	0,50
Detalhar a autonomia das partes no estabelecimento de regras referentes à sentença arbitral, seus prazos, esclarecimentos e fundamentos.	0,50
TOTAL	3,00

Prof. Dr. Gilberto Fachetti Silvestre

Prof. Dr. Tiago Figueiredo Gonçalves

Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen